

O século do moderno

Inventariar para conhecer / Conhecer para preservar

Uma notícia recente de jornal informava que a Câmara Municipal das Caldas da Rainha vai iniciar o levantamento dos imóveis mais notáveis construídos no concelho durante o século passado com o objectivo, de acordo com o vereador e arquitecto Jorge Mangorrinha, “de tornar público o património arquitectónico do século XX e potenciar a recuperação e eventual classificação das obras mais paradigmáticas”. Trata-se de uma iniciativa municipal inserida num ambicioso projecto lançado pela Ordem dos Arquitectos, apresentado em Novembro passado no Congresso de Guimarães e com a coordenação científica da arquitecta Ana Tostões.

Segundo Helena Roseta, presidente da Ordem, “a arquitectura é uma forma peculiar de conhecimento porque lida com o futuro e, no entanto, é também património, é também memória, é também identidade”. Para a coordenadora, o Inventário será efectuado ao longo dos próximos dois anos, envolvendo diversas vontades e competências, com sete equipas no terreno, diversos consultores e parcerias, e contando com financiamento comunitário. Entre as entidades assinaladas estão o IPPAR, a DGEMN, os municípios, universidades e também as associações de empresas de construção. Trata-se de uma campanha inspirada no já longínquo Inquérito à Arquitectura Popular, realizado há meio século por iniciativa do, então, Sindicato dos Arquitectos e impulsionado por Keil Amaral.

O trabalho a realizar atravessará várias fases da arquitectura no nosso país, começando por um património proto-moderno, disperso e pouco conhecido entre nós: resquícios de revivalismo,

Arte Nova (em cuja preservação a Câmara de Aveiro tem recentemente investido) e Art-Deco, de que o chamado Bairro Azul em Lisboa é paradigmático. Ventura Terra, Norte Júnior, Camilo Korrodi, Marques da Silva e o inicial Pardo Monteiro são nomes que necessariamente serão

destacados, assim como alguns autores desconhecidos, como o serão muitos dos que projectaram as chamadas “Casas do Brasileiro”. E, de forma mais heterodoxa, com certeza Raul Lino.

Virá depois o 1.º Modernismo, já mais reconhecido e representado, mas com autores injustamente esquecidos, como é o caso de Adelino Nunes, que, por encomenda do ministro Duarte Pacheco, construiu inovadores edifícios para os CTT um pouco por todo o País. Ou, na esfera da promoção privada, o já justamente consagrado Cassiano Branco. E aqui coloca-se a urgência deste Inventário, ao recordar a notável moradia de Viana de Lima, no Porto, demolida há uns anos.

Quanto ao chamado “Português Suave”, que o Estado Novo impôs na sua fase fascizante, aguarda-se com interesse a importância com que o Inventário o irá encarar. Mas conjuntos emblemáticos, como a Praça do Areeiro em Lisboa, ou importantes, como os de Ponta Delgada ou da Covilhã, fazem, de qualquer modo, parte da nossa herança patrimonial.



Viana de Lima – Moradia Honório Lima

A partir dos meados do século, em que o “moderno” pôde retomar o seu curso nos “Verdes Anos” que Ana Tostões estudou, absorvendo depois tendências e influências – que se traduziram no “tardo”, no “pós” e no “neo” –, o panorama ganha enormemente em extensão e diversidade, exigindo um grande rigor crítico na selecção a fazer. Aí, onde a qualidade se afirma mais visivelmente ao nível dos edifícios de utilização pública, são de esperar revelações de obras dispersas e escondidas, além dos conhecidos Prémios Valmor de Lisboa.

Está dado o sinal de partida para as fases previstas no programa: definição metodológica e conceptual, trabalho de campo, balanço crítico e edição. Na perspectiva da preservação do nosso património, há que saudar esta bem estruturada iniciativa da Ordem dos Arquitectos, confiar nos seus resultados e esperar pelos seus benefícios.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA,
Arquitecto